



**Relações
Internacionais**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS



**ANAIS DO X ENCONTRO ACADÊMICO CIENTÍFICO
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (EACRI)**

ISSN: 2446-7847

26 e 27 de maio de 2025
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Campus V

**GOIÂNIA
2025**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANAIS DO X ENCONTRO ACADÊMICO CIÊNTIFICO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (X EACRI)**

**GOIÂNIA
2025**

EDITORIAL

X Encontro Acadêmico Científico de Relações

Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1069. Setor Universitário. Goiânia, Goiás, Brasil. CEP: 74605-010

Comissão Científica

Prof. Dr. Danillo Alarcon

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

Prof. Me. Diego de Castilho Suckow Guimarães

Prof. Me. Leandro Bernardes Borges

Prof. Me. Guilherme Augusto Batista Carvalho

Projeto Gráfico e Editoração Final

Prof. Dr. Danillo Alarcon

Comissão Organizadora – NDE do curso de Relações Internacionais

Prof. Dr. Danillo Alarcon

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

Prof. Me. Guilherme Augusto Batista Carvalho

Prof. Me. Leandro Bernardes Borges

Encontro Acadêmico Científico de Relações Internacionais (1: 2025: GOIÂNIA, GO).

Anais eletrônicos do X Encontro Acadêmico Científico de Relações Internacionais, 26 e 27 de maio de 2025. Editor: Danilo Alarcon. Goiânia, GO. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2025.

Vários autores.

1. Relações Internacionais. 2. Política Internacional e Comparada.
3. Produção Científica.

ISSN: 2446-7847

APRESENTAÇÃO

O EACRI é realizado desde 2012 pelo curso de Relações Internacionais da PUC Goiás, com apoio do Centro Acadêmico de RI “Sérgio Vieira de Mello” (CARISVIM). O evento tem como objetivo debater temas da agenda contemporânea das Relações Internacionais e promover formação atualizada para o mundo do trabalho. A programação inclui palestras, minicursos e simpósios para apresentação de pesquisas de graduandos e graduandas em Relações Internacionais e áreas afins.

Com foco na inovação, na flexibilidade e na formação profissional, o X EACRI apresentou uma agenda inédita. Foram realizadas três palestras virtuais, integrando o exitoso programa “Circuito Ciência em Casa” da PUC Goiás, nos dias 13, 16 e 20 de maio: a) “Sustentabilidade e Meio Ambiente”, com a dra. Luciana Vilardo de Freitas Figueras; b) “Fronteiras no Século XXI: entre a globalização e o nacionalismo”, com o prof. Maurício Kenyatta Barros da Costa (UFD); e, c) “A soberania brasileira sob pressão: crise climática e a securitização da Amazônia”, com o prof. Dr. Murilo Mesquita (UEPA).

Nos dias 26 e 27 de maio, ocorreram oficinas formativas sobre o uso de ferramentas tecnológicas e posicionamento profissional, além dos tradicionais simpósios. Destacando os resultados das pesquisas desenvolvidas nas disciplinas de Projeto Integrador, o Encontro promoveu um ambiente de intenso debate em seis mesas de discussão, com a apresentação de 20 trabalhos.

Esta publicação tem como objetivo divulgar os resumos expandidos dessas pesquisas, que representam um importante esforço para o fortalecimento da pesquisa na graduação e para a reflexão crítica sobre os grandes temas da política internacional.

Prof. Danillo Alarcon
Outubro de 2025

SUMÁRIO

GEOPOLÍTICA DO ESPAÇO: DISSUAÇÃO, COMPETIÇÃO E O CONTROLE DA ÚLTIMA FRONTEIRA – Autoras: Ana Luísa de Melo Costa Parada; Ana Maria Silva Pereira; Giovanna Bianchini Adorno; Maria Clara Gazzotto Longhi.....	7
MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA GLOBAL: O CASO DO MOVIMENTO SINN FÉIN E A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA IRLANDESA – Autoras: Maria Rosa Martins Dias e Valkyse Gonçalves da Silva.....	13
A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO: BRASIL E COLÔMBIA NO PROGRAMA EL PACcTO. – Autoras: Amanda Abdala Oliveira Lança; Beatriz Machado Martins; Dávila Rafisa Soares Sousa; Maura Cristina Gomes de Souza; Raquel Rodrigues de Souza; prof. Orientador: Leandro Bernardes Borges.....	20
O NARCOTRÁFICO NO MÉXICO DURANTE O GOVERNO DE FELIPE CALDERÓN (2006-2012) E SUA INFLUÊNCIA NA IDENTIDADE CULTURAL MEXICANA – Autores(as): Carlos Daniel França de Araújo; Fabrício André Obando Bilhodres; Mariana El Jaliss Diniz; prof. rientador: Danillo Alarcon.....	25
O SUL GLOBAL E O BRICS: ÍNDIA E ÁFRICA DO SUL NA DISPUTA POR EQUILÍBRIO DE PODER – Autoras: Sofia Lira Cardoso; Maria Regina Bernardo Freitas; Amanda Marques Donato de Moura; Ana Júlia Fernandes Velozo Lima; prof. orientador: Leandro Bernardes Borges.....	31

GEOPOLÍTICA DO ESPAÇO: DISSUAÇÃO, COMPETIÇÃO E O CONTROLE DA ÚLTIMA FRONTEIRA

Palavras-chave: Espaço Exterior; Dissuasão; Armamentização

Ana Luísa de Melo Costa Parada
Ana Maria Silva Pereira
Giovanna Bianchini Adorno
Maria Clara Gazzotto Longhi

1 INTRODUÇÃO

O espaço exterior, transformou-se nas últimas décadas em uma arena estratégica central para as dinâmicas geopolíticas globais. Longe de ser um vácuo neutro, passou a sustentar infraestruturas críticas – comunicação, navegação, monitoramento e finanças – que sustentam a sociedade moderna. Essa dependência crescente, aliada à evolução tecnológica e à proliferação de capacidades espaciais entre diversos atores, elevou o espaço ao status de um domínio estratégico comparável aos tradicionais ambientes terrestre, marítimo e aéreo.

Essa transformação remonta à Guerra Fria, período em que a corrida espacial entre Estados Unidos e União Soviética se consolidou não apenas como uma disputa tecnológica, mas como uma batalha ideológica por legitimidade e supremacia. Durante as décadas da Guerra Fria, a corrida espacial foi utilizada como símbolo da superioridade dos respectivos sistemas políticos e econômicos, moldando a geopolítica da época e deixando legados que persistem até hoje.

Apesar dos esforços iniciais para garantir o uso pacífico do espaço, materializados em tratados internacionais, a realidade contemporânea apresenta desafios significativos. A dualidade inerente a muitas tecnologias espaciais, que servem tanto a propósitos civis quanto militares, confunde as linhas entre uso pacífico e militar, colocando em xeque os princípios normativos estabelecidos. Essa ambiguidade contribuiu para a crescente militarização do espaço, que evoluiu de um caráter passivo de apoio a operações terrestres para uma fase de "armamentização", marcada pelo desenvolvimento e teste de armas antissatélite (ASAT) e outras capacidades ofensivas.

Atualmente, o cenário espacial é caracterizado por uma competição multipolar intensa. Além dos atores históricos como Estados Unidos e Rússia, potências emergentes como a China e a Índia, bem como a União Europeia, investem pesadamente em suas capacidades espaciais para garantir autonomia estratégica e projetar poder. A ausência de regulamentações claras e

mecanismos eficazes de verificação e mitigação de detritos orbitais agrava esse quadro, aumentando os riscos de incidentes e escalada.

Nesse contexto dinâmico e contestado, o conceito de dissuasão espacial emerge como uma estratégia central para a segurança nacional e internacional. Adaptando os princípios tradicionais de dissuasão aos atributos únicos do domínio espacial, os Estados buscam desencorajar ações hostis demonstrando capacidades de negação (como sistemas ASAT e defesas espaciais), fortalecendo a resiliência de seus ativos espaciais (incluindo a proteção contra ameaças cibernéticas) e sinalizando a capacidade de impor custos a potenciais agressores.

A presente pesquisa busca analisar a complexa evolução da geopolítica espacial, desde suas origens na Guerra Fria até o cenário multipolar contemporâneo. Nesse sentido, o espaço exterior é explorado como um ambiente estratégico fundamental, as disputas entre os principais atores estatais e não estatais, e, especialmente, o papel e as capacidades da dissuasão espacial como mecanismo de segurança e estabilidade – ou de potencial escalada – nesta última fronteira. Ao examinar esses elementos, busca-se compreender os desafios atuais para a governança do espaço exterior e a necessidade urgente de cooperação multilateral para garantir seu uso sustentável e pacífico como um bem comum da humanidade.

2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Analisar o papel da geopolítica espacial, desde a Guerra Fria até o cenário multipolar contemporâneo, compreendendo o espaço exterior como um ambiente estratégico fundamental, as disputas entre os principais atores e o papel da dissuasão espacial.

Objetivos Específicos:

- Observar a evolução do setor aeroespacial e sua relação com a geopolítica, desde a Guerra Fria até os dias atuais.
- Examinar o espaço exterior como um ambiente estratégico.
- Identificar os principais atores estatais e não estatais na geopolítica espacial e suas estratégias.
- Analisar o conceito de dissuasão espacial, suas capacidades e implicações para a segurança do espaço.
- Discutir os desafios atuais para a governança do espaço exterior.

3 METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise documental. A escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto de estudo — a dissuasão espacial como instrumento estratégico no cenário geopolítico contemporâneo — que requer a compreensão de processos históricos, políticos e normativos. A investigação busca interpretar a evolução do espaço exterior como ambiente estratégico, bem como os mecanismos adotados por atores estatais e não estatais para consolidar sua presença e influência nesse domínio.

A investigação se baseia na seleção e interpretação de obras acadêmicas, relatórios técnicos e documentos institucionais previamente publicados, com destaque para autores que abordam a corrida espacial, a militarização do espaço e os regimes jurídicos internacionais aplicáveis. Entre os principais referenciais teóricos utilizados estão McDougall (1985), Moltz (2011) e Launius (2000), que contextualizam historicamente o surgimento da corrida espacial e sua relevância nas dinâmicas da Guerra Fria. Para compreender o marco jurídico e os limites normativos da exploração espacial, recorre-se a Laferranderie (2005), Zhao & Jiang (2019) e Silva & Mesquita (2022).

O método de análise adotado é dedutivo, partindo de conceitos gerais sobre a corrida espacial, militarização e dissuasão para a identificação de padrões e implicações práticas no contexto internacional atual. A abordagem também contempla o estudo de casos específicos, como a atuação dos Estados Unidos, da China e da Rússia no domínio espacial, bem como o papel crescente de atores privados como a *SpaceX*.

Adicionalmente, o trabalho considera o cruzamento entre dados históricos e tendências atuais para compreender como o espaço, outrora percebido como um "santuário" neutro, passou a ser instrumentalizado como palco de disputa estratégica e tecnológica. Por fim, adota-se uma perspectiva crítica e interdisciplinar, incorporando elementos das Relações Internacionais, Direito Internacional e Estudos de Segurança, de modo a oferecer uma análise ampla sobre os desafios contemporâneos da governança espacial.

4 RESULTADOS

De acordo com Camargo e Correa (2025, p. 123), a dinâmica geopolítica contemporânea é influenciada pelo desenvolvimento do setor aeroespacial. As capacidades espaciais

representam ferramentas de dissuasão, comunicação e domínio (Camargo e Correa, 2025, p. 124). A competição entre grandes atores movimenta a arena internacional, comprometendo a capacidade estratégica de outros países por meio do uso de vigilância, comunicação e posicionamento espacial.

Segundo Taube (2024), as armas espaciais são projetadas para atingir alvos em órbita ou terrestres. Colbert (2019, p. 87) destaca que essas armas podem causar danos irreversíveis e sua utilização depende da interpretação do sistema internacional. Entre os tipos citados estão armas de energia direta, mísseis convencionais ou nucleares e armas antissatélites (ASAT), sendo estas últimas especialmente relevantes para a dissuasão no espaço (Colbert, 2019, p. 87).

Taube (2024) explica que as ASAT visam destruir satélites, alterando a dinâmica de confronto e elevando riscos de escalada violenta, principalmente entre potências nucleares (Colbert, 2019, p. 89). Atualmente, Estados Unidos, Rússia, China e Índia já testaram esse tipo de arma com sucesso (Armas antissatélite: ameaçando o futuro das atividades espaciais, 2022). Coletta (2009, p. 186) aborda estratégias para proteger satélites, como monitoramento e interceptação de ameaças, além do desenvolvimento de constelações de satélites menores e mais baratos, que aumentam a resiliência do sistema. A autora também menciona sistemas de detecção e contramedidas defensivas (Coletta, 2009, p. 191-192). Smith (2025) complementa destacando a importância da segurança cibernética, com práticas como autenticação multifatorial e inteligência artificial para mitigar vulnerabilidades.

5 DISCUSSÃO

A corrida espacial consolidou-se como um marco da Guerra Fria, não apenas como avanço tecnológico, mas como instrumento de disputa ideológica entre os modelos político-econômicos de EUA e URSS. Conforme Moltz (2019), as conquistas espaciais, como o lançamento do Sputnik 1 e a chegada do homem à Lua, foram utilizadas como símbolos de superioridade sistêmica. Essa disputa moldou a geopolítica da época e ainda reverbera nas relações internacionais. O espaço exterior, por sua vez, destaca-se por atributos únicos que o diferenciam de outros ambientes estratégicos. Apesar da existência de tratados como o do Espaço Exterior (1967), a governança espacial enfrenta limitações significativas. Falta um regime jurídico claro e eficaz, e o acesso ao espaço continua concentrado nas grandes potências, configurando uma assimetria estrutural.

Atualmente, os satélites desempenham papel essencial em setores como comunicação, transporte, segurança, meteorologia e transações financeiras, tornando o espaço um domínio

indispensável para a sociedade moderna (Zhao & Jiang, 2019). Essa dependência é agravada pelo caráter dual da maioria das tecnologias espaciais, com aplicações civis e militares. O GPS, por exemplo, nasceu com propósitos militares e hoje é vital para a infraestrutura civil global. Essa ambiguidade fragiliza o princípio do uso pacífico do espaço, colocando em evidência a urgência de atualização dos marcos normativos.

Desde os anos 1950, o espaço já era utilizado para fins militares, inicialmente como apoio passivo às forças armadas, o que sustentava a visão do espaço como um "santuário" neutro. Contudo, com o avanço das capacidades tecnológicas, essa percepção se transformou. A partir dos anos 1980, iniciou-se uma fase de *armamentização*, com o desenvolvimento de sistemas ofensivos capazes de inutilizar satélites ou infraestrutura espacial adversária, caracterizando o espaço como um possível palco de conflito direto (KOPEĆ, Rafał. p.121)

Nesse contexto, a dissuasão espacial surge como estratégia central para conter agressões e proteger ativos críticos. A transição da dissuasão dos domínios tradicionais para o espacial reflete uma mudança de paradigma: não apenas demonstração de força convencional, mas também superioridade tecnológica e capacidade de resposta rápida. A crescente dependência de dados via satélite torna o espaço um fator chave nas dinâmicas de segurança internacional (Ören, 2024, p.5).

Países têm investido em satélites de reconhecimento, sistemas de comunicação e defesa antimísseis espaciais. Além disso, alianças internacionais têm fortalecido a dissuasão, promovendo ações conjuntas de vigilância e mitigação de riscos, como a gestão de detritos orbitais. A aplicação dos princípios de dissuasão nesse domínio envolve estratégias de negação, resiliência e imposição de custos. A construção de capacidades ASAT, por exemplo, visa impedir o uso hostil do espaço, tornando ações agressivas arriscadas e ineficazes (Ören, 2024, p. 6).

REFERÊNCIAS

Armas antissatélite: ameaçando o futuro das atividades espaciais. DCiber. 2022. Disponível em: <https://dciber.org/armas-antisatelite-ameacando-o-futuro-das-atividades-espaciais/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CAMARGO, Aluisio Viveiro; SOUZA, Marcello Corrêa de. Espaço: a nova arena geopolítica – satélites, conflitos e consciência situacional espacial. Brasília: Escola Superior de Defesa, 2023. Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED). p. 123-147.

COLBERT, Caroline. **O espaço como ambiente estratégico:** teoria, histórico e reflexões acerca do uso militar do espaço. Rio de Janeiro, 2019 Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cybersecurity & Information Systems Information Analysis Center. 2025. Disponível em: <https://csiac.dtic.mil/articles/implementing-cybersecurity-solutions-for-space-network-protection/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

DA SILVA, Webert Leandro Barreto; DE MESQUITA, Ivan Muniz. As duas dimensões do uso militar do espaço: a militarização e a armamentização. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 79, p. 54-74, 2022.

COLETTA, Damon. Space and deterrence. **Astropolitics**, v. 7, n. 3, p. 171-192, 2009.

KOPEĆ, Rafał. Space Deterrence: In Search of a "Magical Formula". **Space Policy**, v. 47, p. 121-129, 2019.

LAFERRANDERIE, Gabriel. Basic Principles Governing the Use of Outer Space in Future Perspective. **Space Law: Current Problems and Perspectives for Future Regulation**, Utrecht, Eleven, p. 5-28, 2005.

LAUNIUS, Roger D. The historical dimension of space exploration: reflections and possibilities. **Space Policy**, v. 16, n. 1, p. 23-38, 2000.

MCDUGALL, Walter A. **Heavens and the earth: a political history of the space age**. 1985.

MOLTZ, James. **The politics of space security: strategic restraint and the pursuit of national interests**. Stanford University Press, 2011.

ÖREN, Alper. Innovating deterrence strategies in the new space age. **Havacılık ve Uzay Çalışmaları Dergisi**, v. 4, n. 3, p. 1-12, 2024.

SMITH, Edward. **Implementing Cybersecurity Solutions for Space Network Protection**.

TAUBE, Friedel. O que são armas espaciais? **Deutsche Welle**, 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-s%C3%A3o-armas-espaciais/a-68270723>. Acesso em: 11 mai. 2025.

ZHAO, Yun; JIANG, Shengli. Armed conflict in outer space: legal concept, practice and future regulatory regime. **Space Policy**, v. 48, p. 50-59, 2019.

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA GLOBAL: O CASO DO MOVIMENTO SINN FÉIN E A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA IRLANDESA

Palavras-Chave: Resistência Anticolonial; Pós-colonialismo; Sinn Féin.

*Maria Rosa Martins Dias
Valkyse Gonçalves da Silva.*

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos de resistência anticolonial figuram como agentes fundamentais na contestação das hegemonias políticas e culturais que sustentaram os impérios coloniais entre os séculos XIX e XX. Dentre eles, o Sinn Féin irlandês representa um caso emblemático de como ações combinadas de insurgência, diplomacia e construção cultural podem ser articuladas para desafiar um domínio imperial consolidado. A Guerra da Independência Irlandesa (1919–1921) foi o palco em que esse movimento nacionalista desenvolveu uma estratégia multiescalar, que operava simultaneamente no plano interno, mobilizando a população e reestruturando o poder político, e no plano externo, buscando reconhecimento diplomático e inserção na agenda internacional de autodeterminação (Nic Dháibhéid, 2012; Frampton, 2004).

A ascensão do Sinn Féin se deu no vácuo político que emergiu após a Revolta da Páscoa de 1916, quando o uso da força pelo Império Britânico para reprimir os revoltosos gerou uma onda de simpatia pública pela causa republicana. A eleição de 1918 consolidou essa virada, com o Sinn Féin obtendo 73 das 105 cadeiras irlandesas no parlamento britânico. No entanto, recusando-se a ocupá-las, o partido fundou o Dáil Éireann, um parlamento revolucionário que simbolizava o rompimento político com Londres. Tal gesto fundacional não apenas afirmava uma nova soberania irlandesa, mas também desestabilizava a narrativa imperial de legitimidade. Nesse contexto, a resistência extrapolava os limites do confronto militar, atuando também no plano simbólico, institucional e diplomático (Nic Dháibhéid, 2012).

Em paralelo à atuação interna, o Sinn Féin lançou uma ofensiva diplomática inovadora: enviar representantes a conferências internacionais, como a de Paris (1919), na tentativa de inserir a causa irlandesa nas discussões de paz pós-Primeira Guerra Mundial. Essa ação revela uma antecipação das táticas transnacionais que seriam mais tarde adotadas por outros movimentos de libertação nacional. A tentativa de internacionalizar a luta irlandesa evidencia a compreensão de que a conquista da independência não dependia apenas do confronto interno,

mas também do reconhecimento externo e da desconstrução da narrativa colonial no sistema internacional (Frampton, 2004).

Por isso, a perspectiva adotada neste trabalho entende o Sinn Féin não apenas como produto das especificidades históricas irlandesas, mas como agente que inaugurou um repertório político replicado em diferentes latitudes colonizadas. Ao articular insurgência armada, diplomacia insurgente e reconstrução identitária, o movimento se tornou referência para experiências posteriores na Argélia, no Vietnã e no Quênia, casos nos quais se observa a apropriação de estratégias semelhantes, tanto na luta militar quanto na mobilização simbólica e na disputa por legitimidade externa. Essa trajetória irlandesa é, portanto, central para compreender como formas particulares de resistência podem gerar modelos generalizáveis.

Ademais, o método indutivo que orienta esta pesquisa parte do caso da Irlanda para refletir sobre padrões globais de contestação ao colonialismo, ancorando-se teoricamente nas contribuições de Frantz Fanon (1961) e Edward Said (1978), que conceituam a resistência não apenas como ruptura política, mas como insurgência cultural e epistêmica.

2 OBJETIVO GERAL

Analisar as estratégias políticas, militares, diplomáticas e culturais do movimento Sinn Féin durante a Guerra da Independência Irlandesa, evidenciando como sua atuação anticolonial permite identificar padrões replicáveis em outros processos globais de resistência e autodeterminação.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar o contexto histórico que levou ao surgimento do Sinn Féin e à Guerra da Independência Irlandesa;
- Examinar as estratégias adotadas pelo movimento e sua articulação entre insurgência e diplomacia;
- Compreender o papel do nacionalismo cultural na mobilização social e identitária;
- Identificar, por meio do método indutivo, como o caso irlandês influenciou ou se conectou a outras experiências de resistência, como as da Argélia, Vietnã e Quênia.

4 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com foco em revisão bibliográfica, para investigar a atuação do Sinn Féin durante a Guerra de Independência Irlandesa (1919–1921) e sua projeção como modelo de resistência anticolonial. Foram utilizadas fontes secundárias, compostas por obras de historiadores e analistas políticos como Hopkinson (2002), Pašeta (2001), O’Beirne-Ranelagh (2012), De Bromhead et al. (2020), Ogliari (2022) e Ranger (2011), entre outros, que se dedicaram ao estudo do nacionalismo irlandês, das estratégias republicanas e das dinâmicas políticas no pós-guerra europeu. Essas obras forneceram os meios para reconstruir o cenário histórico do surgimento do Sinn Féin e identificar as principais estratégias do movimento, incluindo ações políticas, militares, diplomáticas e culturais.

A escolha metodológica fundamenta-se na análise de um estudo de caso, o irlandês, a partir do qual se busca compreender formas mais amplas de resistência nacionalista em contextos coloniais. Adota-se, portanto, um método indutivo, que parte do particular para formular generalizações teóricas sobre padrões compartilhados entre diferentes experiências de insurgência anticolonial. Ao observar o Sinn Féin como um movimento que combina insurgência armada, diplomacia insurgente e mobilização cultural, procura-se evidenciar sua influência sobre outros casos históricos, como a Frente de Libertação Nacional na Argélia, o Viet Minh no Vietnã e o Mau Mau no Quênia. Esses paralelos não são tratados como cópias diretas, mas como apropriações estratégicas de um repertório de resistência articulado inicialmente na Irlanda.

O arcabouço teórico que orienta a análise baseia-se em Fanon (1961) e Said (1978), autores clássicos dos estudos pós-coloniais. Fanon (1961) interpreta a violência insurgente como ruptura necessária com o sistema colonial, enfatizando a centralidade da agência dos povos colonizados na reconstrução de suas identidades políticas. Said (1978), por sua vez, analisa os modos discursivos e simbólicos pelos quais o colonialismo produz alteridades subalternizadas. A partir desses referenciais, entende-se que a resistência irlandesa não se restringiu à esfera militar, mas também operou como contestação epistêmica, desafiando as narrativas hegemônicas do Império Britânico. O Sinn Féin, ao valorizar a língua irlandesa, o imaginário gaélico e a soberania cultural, reposicionou a Irlanda como sujeito autônomo no cenário internacional.

Essa abordagem, portanto, permite observar o Sinn Féin como mais do que um ator político local: trata-se de um modelo multifacetado que antecipa dinâmicas globais de resistência. Ao investigar sua atuação em profundidade e compará-la com experiências

históricas de outros movimentos de libertação nacional, a metodologia adotada contribui para uma reflexão mais ampla sobre as estratégias insurgentes em contextos coloniais e suas reverberações transnacionais no século XX.

5 RESULTADOS

Os resultados deste trabalho evidenciam o papel central do Sinn Féin na resistência irlandesa ao domínio britânico, por meio da combinação eficaz de estratégias políticas, militares, diplomáticas e culturais. O movimento tornou-se o principal representante do republicanismo irlandês, rompendo com abordagens anteriores que buscavam reformas dentro do Reino Unido (Laffan, 1971). A Revolta da Páscoa de 1916 catalisou essa transformação, e a vitória eleitoral de 1918 consolidou o movimento como porta-voz legítimo da soberania nacional. Além disso, a fundação do Dáil Éireann também representou uma ruptura institucional, estabelecendo um governo paralelo que desafiava a autoridade britânica (De Bromhead et al., 2020).

Além da dimensão política, o movimento articulou a ação armada do IRA com uma diplomacia insurgente, como mostra a tentativa de reconhecimento internacional na Conferência de Paz de Paris, em 1919 (Ranger, 2011). Essa estratégia evidencia a consciência de que a legitimidade não se constrói apenas internamente, mas também no campo das relações internacionais. O apoio da diáspora irlandesa, sobretudo nos Estados Unidos, fortaleceu essa projeção (McKillen, 2019).

A dimensão cultural foi igualmente estratégica. O nacionalismo irlandês liderado pelo Sinn Féin resistiu à anglicização britânica ao promover a língua irlandesa, a tradição gaélica e símbolos culturais como instrumentos de coesão nacional (Leerssen, 2006; Kachuk, 1994). Essa revalorização identitária sustentou a insurgência em sua base popular. Fanon (1961) interpreta esse tipo de resistência como processo de descolonização do imaginário, e Said (1978) evidencia que a ruptura com o colonialismo implica também desarticular os discursos que inferiorizam os povos dominados. Assim, o Sinn Féin respondeu a isso promovendo uma identidade alternativa e autônoma para a Irlanda.

A análise comparativa mostra que esse repertório estratégico inspirou outros movimentos de libertação. Na Argélia, o FLN combinou guerra total com mobilização cultural e diplomacia internacional, adotando inclusive a tática de construção de governos paralelos e redes externas de apoio, como os irlandeses haviam feito (Evans, 2012). No Vietnã, o Viet Minh articulou guerra popular prolongada com forte disciplina ideológica e construção de

legitimidade internacional junto a países do Terceiro Mundo, em padrão análogo ao Sinn Féin (Lawrence, 2005). Por fim, no Quênia, os Mau Mau mobilizaram identidades culturais reprimidas pelo colonialismo britânico, associando narrativas ancestrais à insurgência camponesa, o que também revela um uso político da memória semelhante ao irlandês (Anderson, 2005). A partir desses casos, observa-se que o modelo irlandês fornece categorias analíticas para compreender o funcionamento de insurgências anticoloniais complexas, estruturadas simultaneamente no plano militar, simbólico e diplomático.

O método indutivo adotado permite identificar padrões recorrentes que transcendem a particularidade do caso irlandês. A confluência entre violência organizada, construção de legitimidade cultural e diplomacia insurgente se mostra replicável em contextos coloniais diversos, respeitando suas especificidades. Dessa forma, os resultados sustentam a hipótese de que o Sinn Féin não foi apenas uma exceção histórica, mas um arquétipo de resistência multiescala no século XX.

6 DISCUSSÃO

A análise dos resultados permite interpretar o caso irlandês como um paradigma de resistência nacionalista com projeção global, cuja relevância extrapola o contexto europeu do início do século XX. A trajetória do Sinn Féin durante a Guerra da Independência demonstra a eficácia de movimentos que combinam ação armada, diplomacia insurgente e mobilização cultural para desafiar e reconfigurar sistemas coloniais. Conforme Fanon (1961), em situações de dominação prolongada, a violência surge não apenas como reação, mas como condição fundante de uma nova subjetividade política. No caso irlandês, a ação armada do IRA simbolizou a negação da legitimidade britânica, ao passo que o Dáil Éireann ofereceu uma estrutura institucional alternativa, conferindo forma política à insurreição.

Esse modelo articulado de resistência, que atua simultaneamente no plano simbólico, militar e internacional, seria posteriormente replicado ou reinventado em diferentes colônias europeias. A diplomacia do Sinn Féin, por exemplo, antecipa estratégias do FLN argelino na década de 1950, que estabeleceu missões exteriores mesmo sem o reconhecimento de um Estado soberano (Evans, 2012). Do mesmo modo, o Viet Minh compreendeu que a legitimidade internacional seria decisiva para consolidar sua vitória no campo de batalha, inserindo-se no jogo geopolítico da Guerra Fria sem abrir mão de sua narrativa nacionalista (Lawrence, 2005). Os Mau Mau no Quênia, embora operassem sob condições muito distintas, também recorreram a narrativas culturais reprimidas para sustentar a mobilização armada, revelando uma

semelhança estrutural com o uso do gaélico e dos símbolos pré-coloniais feito pelo Sinn Féin (Anderson, 2005).

A partir do método indutivo, é possível generalizar padrões analíticos que emergem do caso irlandês. Movimentos anticoloniais bem-sucedidos tendem a desenvolver estratégias multiescalares, que combinam ruptura institucional, apelo à memória cultural e inserção internacional. Essa constatação não ignora as especificidades locais, mas permite afirmar que certas condições estruturais, como a existência de uma cultura nacional reprimida, redes transnacionais de apoio e margens diplomáticas de manobra, são mais favoráveis à consolidação da insurgência. O Sinn Féin, ao reunir essas condições, oferece um modelo de análise útil para avaliar outras experiências de emancipação.

Sob a ótica pós-colonial, essa resistência é também epistêmica. Said (1978) argumenta que o colonialismo opera por meio da produção de discursos que inferiorizam os colonizados e naturalizam a dominação. O projeto cultural do Sinn Féin, ao valorizar o gaélico, as tradições locais e a reconstrução de uma identidade nacional, constitui um exemplo de contra-narrativa que desafia a hegemonia imperial. Fanon (1961) reforça que a descolonização implica reinventar o sujeito político a partir da ruptura com as categorias coloniais. Ao se afirmar como povo autônomo, militar, cultural e simbolicamente, a Irlanda antecipou dinâmicas de resistência que viriam a se repetir, com variações, em outras partes do mundo colonizado.

Portanto, a discussão sobre o Sinn Féin deve ser inserida numa perspectiva transnacional e comparada. Sua experiência não é apenas irlandesa: ela constitui um capítulo inaugural de um movimento mais amplo de resistência anticolonial no século XX.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, David M. *Histories of the Hanged: Britain's Dirty War in Kenya and the End of Empire*. New York: W. W. Norton, 2005.

DE BROMHEAD, Alan; FERNIHOUGH, Alan; HARGADEN, Enda. Representation of the people: franchise extension and the "Sinn Féin election" in Ireland, 1918. *The Journal of Economic History*, v. 80, n. 3, p. 886–925, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022050720000376>. Acesso em: 23 jun. 2025.

EVANS, Martin. *Algeria: France's Undeclared War*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FRAMPTON, Martyn. 'Squaring the circle': the foreign policy of Sinn Féin, 1983–1989. *Irish Political Studies*, v. 19, p. 43–63, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0790718042000311006>. Acesso em: 24 jun. 2025.

HOPKINSON, Michael. *The Irish War of Independence*. Dublin: Gill & Macmillan, 2002.

KACHUK, Patrick. A resistance to British cultural hegemony: Irish-language activism in West Belfast. *Anthropologica*, v. 36, n. 2, p. 135–154, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/25605768>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LAFFAN, Michael. The unification of Sinn Féin in 1917. *Irish Historical Studies*, v. 17, n. 67, p. 353–379, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0021121400113495>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LAWRENCE, Mark Atwood. *Assuming the Burden: Europe and the American Commitment to War in Vietnam*. Berkeley: University of California Press, 2005.

LEERSEN, Joep. Nationalism and the cultivation of culture. *Nations and Nationalism*, v. 12, p. 559–578, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1469-8129.2006.00253.x>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MCKILLEN, Elizabeth. The Irish Sinn Féin movement and radical labor and feminist dissent in America, 1916–1921. *Labor*, v. 16, n. 3, p. 11–37, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/15476715-7569776>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NIC DHÁIBHÉID, Caoimhe. The Irish National Aid Association and the radicalization of public opinion in Ireland, 1916–1918. *The Historical Journal*, v. 55, n. 3, p. 705–729, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0018246X12000234>. Acesso em: 28 jun. 2025.

O'BEIRNE-RANELAGH, John. *A short history of Ireland*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

OGLIARI, E. The Island without Peace: reporting the Irish War of Independence in *Corriere della Sera* and *La Domenica del Corriere*. *SIJIS – Journal of Interdisciplinary Studies*, v. 12, p. 129–147, 2022. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/bsfm-sijis/article/download/13744/12754/23704>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PAŠETA, Senia. *Irish nationalist women, 1900–1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

RANGER, Philip. The world in Paris and Ireland too: the French diplomacy of Sinn Féin, 1919–1921. *Études Irlandaises*, p. 39–57, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etudesirlandaises.2333>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO: BRASIL E COLÔMBIA NO PROGRAMA EL PACcTO

Palavras-chave: crime organizado; segurança; EL PACcTO.

Amanda Abdala Oliveira Lança
Beatriz Machado Martins
Dávila Rafisa Soares Sousa
Maura Cristina Gomes De Souza
Raquel Rodrigues De Souza
Prof. Orientador: Leandro Bernardes Borges

1 INTRODUÇÃO

A cooperação internacional pode ser compreendida como um processo de coordenação política em que as ações de um governo facilitam os objetivos de outros (Keohane, 1984). No combate ao crime organizado transnacional, que atravessa fronteiras e afeta múltiplos países, essa cooperação é essencial, promovendo práticas integradas e estratégias conjuntas.

A Teoria da Interdependência Complexa (Keohane & Nye, 1977) ajuda a compreender como a cooperação ocorre em áreas além da esfera militar, como segurança pública, justiça e sistemas penitenciários. A segurança internacional, nesse contexto, refere-se à capacidade de neutralizar ameaças significativas à integridade de pessoas, instituições ou sistemas (Cepik, 2001). No enfrentamento ao crime organizado, essa cooperação envolve ações como intercâmbio de inteligência, operações conjuntas e harmonização legal.

A perspectiva liberal-institucionalista destaca a importância das organizações internacionais na promoção de respostas coordenadas a problemas globais. Um exemplo disso é o *European Union Latin America Programme of Assistance Against Transnational Organized Crime* (EL PACcTO), financiado pela União Europeia. O programa busca fortalecer a segurança e a justiça na América Latina por meio de ações nos eixos policial, judicial e penitenciário, articulando redes como a LYNX (tráfico de pessoas) e a Rede de Fiscais e Procuradores.

Este estudo analisa a atuação do EL PACcTO na cooperação entre Brasil e Colômbia, países marcados por graves problemas com o crime organizado. No Brasil, facções como o PCC e o Comando Vermelho têm forte presença. Na Colômbia, embora os cartéis de Medellín e Cali tenham sido enfraquecidos, grupos como as BACRIM ainda representam ameaças significativas (Camacho, 2011).

A cooperação entre os dois países ocorre por meio das redes promovidas pelo EL PACcTO, evidenciando o papel da União Europeia como coordenadora de iniciativas de segurança em contextos transnacionais. Com isso, a pesquisa busca compreender como essas estratégias fortalecem a cooperação internacional e contribuem para o enfrentamento ao crime organizado na América Latina.

2 MÉTODO

A metodologia adotada para este estudo consistiu em uma análise qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e levantamento de dados disponíveis em fontes oficiais e acadêmicas. A abordagem qualitativa possibilitou uma compreensão mais aprofundada dos processos políticos e institucionais de cada país, destacando como a União Europeia coordena a cooperação internacional no contexto latino-americano, mesmo diante das diferenças históricas e geopolíticas.

Foram utilizados textos referenciais das Relações Internacionais, especialmente aqueles de Robert Keohane, Joseph Nye e Marco Cepik, cujos conceitos orientaram a análise do programa EL PACcTO, com ênfase na cooperação entre Brasil e Colômbia. A análise qualitativa foi complementada pela utilização de dados secundários, coletados no site oficial do EL PACcTO, para identificar os resultados da cooperação, possibilitando a articulação entre teoria e prática.

3 RESULTADOS

Durante a primeira fase do EL PACcTO, o programa criou diversos mecanismos de cooperação entre o Brasil, a Colômbia e outros países membros. Entre os destaques está a Rede LYNX (rede de policiais especializados em tráfico de pessoas), coordenada pela Polícia Federal brasileira, que conta com a participação da Colômbia como membro. Seus objetivos principais são facilitar o acesso à informação e às oportunidades para fortalecer o combate ao tráfico de pessoas na América Latina e na União Europeia. Para isso, promove o intercâmbio de experiências, métodos de investigação e novos *modus operandi* criminais. Além disso, a Rede LYNX busca ampliar a pesquisa acadêmica e científica, criar mecanismos *ad hoc*, como Equipes Conjuntas de Pesquisa e grupos multidisciplinares, organizar eventos regulares e incentivar melhorias na legislação nacional e internacional. A Rede também dá ênfase especial

à identificação, libertação e proteção de vítimas, com constantes trocas de boas práticas (EL PACcTO, 2021).

Outro destaque da primeira fase é a Rede Jaguar, uma iniciativa birregional entre a América Latina (18 países parceiros do EL PACcTO) e a União Europeia para combater crimes ambientais, como mineração ilegal, tráfico de espécies e desmatamento. Esses crimes cresceram significativamente na região, impulsionados por demandas globais e estruturas criminosas adaptáveis. Os objetivos da Rede incluem facilitar a cooperação policial, compartilhar informações e métodos investigativos, promover pesquisas acadêmicas, criar equipes conjuntas multidisciplinares e avançar em melhorias legislativas.

Nesse contexto, o EL PACcTO coordenou uma oficina multinacional para fortalecer o combate aos crimes ambientais na Bacia Amazônica, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em maio de 2018. O evento reuniu representantes do Ministério Público e das polícias da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Além disso, houve diversas atividades complementares, como uma missão in loco na Guiana Francesa para harmonizar a intervenção conjunta e os procedimentos policiais no combate à mineração ilegal de ouro. A missão contou com a participação dos países da Bacia Amazônica e da França, contribuindo para o planejamento de operações conjuntas entre a Guiana Francesa e o Brasil. Para ampliar o trabalho com outros países da região, foi realizado um seminário regional sobre crimes ambientais na América Latina no final de 2019, em Bogotá, Colômbia, com a presença de 12 países latino-americanos, incluindo o Brasil (EL PACcTO, 2020).

No combate ao tráfico ilegal de armas, países latino-americanos identificaram, através da avaliação IDEAL (Instrumento de Documentação e Avaliação da Ameaça do Crime Organizado Transnacional na América Latina) essa prática como prioridade regional. A Rede ARCO (Armas Cooperación) mapeou 436 grupos criminosos transnacionais e busca promover o combate coordenado via cooperação internacional. Brasil, Colômbia, Paraguai e nações da União Europeia integrantes da ARCO reforçam o compartilhamento de informações e ações conjuntas, incluindo treinamentos em rastreabilidade de armas e patrulhamento cibernético. O EL PACcTO também promoveu reuniões para alinhar investigações, compartilhar boas práticas e avaliar ameaças, incluindo peças e explosivos, com metodologias avançadas (EL PACcTO, 2021).

4 DISCUSSÕES

Dessa forma, a análise da atuação do EL PACcTO evidencia avanços significativos no fortalecimento da cooperação internacional entre países latino-americanos no combate ao crime organizado transnacional. No contexto do Brasil e da Colômbia, observou-se que, embora as estratégias nacionais de segurança e repressão ao crime apresentem particularidades, o programa tem contribuído para a convergência de práticas e o fortalecimento institucional por meio de ações coordenadas.

A literatura aponta que iniciativas como o EL PACcTO são fundamentais para enfrentar crimes que transcendem fronteiras e desafiam a soberania nacional. Isso reforça a teoria liberal-institucionalista, que considera a cooperação internacional indispensável diante de ameaças globais (Keohane, 1984). Segundo essa perspectiva, as instituições internacionais são essenciais para mitigar conflitos e promover a segurança coletiva, pois incentivam a troca de informações e o alinhamento de estratégias. Além disso, a teoria da interdependência complexa, desenvolvida por Keohane e Nye (1977), ressalta que as relações internacionais contemporâneas são marcadas por interações densas e interdependentes entre Estados e atores não estatais. A atuação conjunta entre Brasil e Colômbia, mesmo que indireta em muitos casos, ilustra como as redes multinacionais podem construir um arcabouço jurídico e operacional mais eficaz e resiliente.

Apesar dos avanços, alguns desafios foram identificados. A sustentabilidade das ações do EL PACcTO após o término de seu financiamento pela União Europeia levanta questionamentos sobre a continuidade dos esforços integrados. Além disso, a falta de resultados numéricos e a dificuldade de acesso a algumas informações tornam a análise quantitativa inviável, gerando dúvidas sobre a concretização das ações promovidas pela troca de informações entre os países membros da iniciativa. Apesar disso, a importância do EL PACcTO no combate a questões comuns que afetam direta ou indiretamente o globo permanece inquestionável.

Conclui-se, portanto, que o EL PACcTO representa uma plataforma eficiente de integração e cooperação multilateral entre os países latino-americanos.

5 REFERÊNCIAS

CEPIK, Marco A. C. Segurança Nacional e Cooperação Internacional. In: CEPIK, Marco; FERREIRA, A. (orgs.). Segurança Nacional e Relações Internacionais. Brasília: Ipea, 2001.

KEOHANE, Robert O. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2001). Power and Interdependence. Longman.

Workshop on Human Trafficking EL PACcTO. Disponível em: (<https://elpaccto.eu/en/agenda/workshop-on-human-trafficking/>). Acesso em: 12 maio 2025.

TINOCO, Anderson. Tráfico de Pessoas: Uma Abordagem Internacional. Brasília: Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), 2013. Disponível em: (<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3421/3/20681913.pdf>). Acesso em: 12 maio 2025.

La Red Jaguar: Una Herramienta de Trabajo para América Latina. Disponível em: (<https://elpaccto.eu/en/news/la-red-jaguar-una-herramienta-de-trabajo-para-america-latina/>). Acesso em: 12 maio 2025.

Fugitive Investigations: Enhancing Interregional Police Cooperation. Disponível em: (<https://elpaccto.eu/en/news/fugitive-investigations-enhancing-interregional-police-cooperation/>). Acesso em: 12 maio 2025.

Temas: Tráfico de Pessoas. Disponível em: <https://resultados.elpaccto.eu/temas/trata-2/>. Acesso em: 11 maio 2025.

EL PACcTO. Reunión entre a Dirección de Cooperación Internacional do Ministério do Interior da França e o EL PACcTO. Disponível em: (<https://elpaccto.eu/reunion-entre-la-direccion-de-cooperacion-internacional-del-ministerio-del-interior-de-francia-y-el-paccto/>). Acesso em: 5 maio 2025.

Reunião de Trabalho da Rede ARCO e Sinergias com o EMPACT de Armas de Fogo da União Europeia. Disponível em: (<https://elpaccto.eu/agenda/reunion-de-trabajo-de-la-red-arco-y-las-sinergias-con-el-empact-de-armas-de-fuego-de-la-union-europea/>). Acesso em: 8 maio 2025.

Temas: Tráfico de Armas. Disponível em: (<https://resultados.elpaccto.eu/temas/trafico-de-armas/>). Acesso em: 12 maio 2025.

EL PACcTO. La Red ARCO Activa Mecanismos para Operações de Inteligência Policial entre América Latina e Europa. Disponível em: (<https://elpaccto.eu/en/noticias/la-red-arco-activa-mecanismos-para-operaciones-de-inteligencia-policial-entre-america-latina-y-europa/>). Acesso em: 7 maio 2025.

O NARCOTRÁFICO NO MÉXICO DURANTE O GOVERNO DE FELIPE CALDERÓN (2006-2012) E SUA INFLUÊNCIA NA IDENTIDADE CULTURAL MEXICANA

Palavras-chave: México; narcocultura; narcocorridos

Carlos Daniel França de Araújo
Fabrício André Obando Bilhodes
Mariana El Jaliss Diniz
Orientador: Danillo Alarcon

1 INTRODUÇÃO

O narcotráfico é um dos problemas persistentes nas nações latino-americanas, com destaque para sua relevância econômica e cultural, especialmente no México, um dos maiores pontos de exportação do mundo. Nesse mercado, os países latino-americanos se destacam como produtores, enquanto Estados Unidos e Europa são os principais destinos (Bragança, 2016).

Diversas políticas e acordos foram firmados entre os países envolvidos para conter, impedir e proibir a expansão do narcotráfico. No entanto, em vez de reduzir o problema, essas medidas acabaram fortalecendo os grupos criminosos que o controlam (Rodrigues, 2012). No caso do México, o país se tornou um dos principais atores desse mercado, onde os esforços para erradicar o tráfico muitas vezes resultaram apenas em seu enfraquecimento temporário, sem sua eliminação definitiva. Isso contribuiu para que o narcotráfico se enraizasse na cultura mexicana (Bragança, 2016; Rodrigues, 2012).

Durante o governo do presidente Felipe Calderón (2006-2012), houve uma intensificação do combate ao narcotráfico, marcada pelo uso do exército para enfrentar os traficantes. Esse período foi caracterizado por altos índices de violência e conflitos, o que acabou gerando transformações culturais significativas. Entre elas, destaca-se o surgimento dos "narcocorridos", um estilo musical que reflete a influência do narcotráfico na cultura mexicana, sendo retratado em músicas, filmes e outras manifestações culturais.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo examinar o período de maior combate ao tráfico de drogas durante a presidência de Calderón, analisando como esse conflito influenciou os movimentos culturais no México. Além disso, busca classificar os impactos desse confronto, suas consequências e seu fracasso, destacando sua contribuição para a formação da identidade mexicana, especialmente por meio dos "narcocorridos".

2 OBJETIVO GERAL

Analisar o fenômeno do narcotráfico no México durante o governo de Felipe Calderón (2006-2012) e sua influência na identidade cultural mexicana, com foco especial aos narcocorridos.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste artigo são analisar em profundidade as políticas e estratégias adotadas pelo governo de Felipe Calderón (2006-2012) no combate ao narcotráfico, destacando suas motivações, a forma como foram implementadas e os principais desafios enfrentados. Além disso, busca-se identificar e discutir os impactos sociais e culturais dessas políticas na sociedade mexicana, com especial ênfase na influência do narcotráfico na cultura nacional, refletida no surgimento e popularização do gênero musical dos “narcocorridos”. Por fim, pretende-se examinar as consequências da utilização das forças armadas nesse combate, avaliando como essa abordagem contribuiu para o aumento da violência no país e alterou a dinâmica de poder entre o Estado e os grupos criminosos.

4 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise interpretativa e crítica de fontes secundárias, buscando compreender o narcotráfico no México durante o governo de Felipe Calderón (2006–2012) e suas repercussões culturais. A pesquisa se baseou em um amplo levantamento bibliográfico, abrangendo artigos científicos, livros, teses, relatórios institucionais e matérias jornalísticas que abordam as políticas de guerra às drogas, a militarização do combate ao narcotráfico, o fortalecimento dos cartéis e o aumento da violência nesse período. Além disso, foram examinadas manifestações culturais e midiáticas, com ênfase nos narcocorridos, filmes e séries que refletem a presença e influência do narcotráfico na cultura popular mexicana.

A análise concentrou-se em três eixos principais: a implementação da guerra às drogas e suas estratégias governamentais; os impactos sociais, econômicos e políticos dessa política, incluindo a escalada da violência e o fortalecimento das organizações criminosas; e a consolidação da narcocultura, especialmente através dos narcocorridos como forma simbólica e narrativa da realidade do tráfico. Foram utilizados documentos oficiais, relatórios de organizações internacionais e, quando disponíveis, entrevistas e depoimentos para enriquecer o entendimento sobre as consequências da política de Calderón e a inserção do narcotráfico na

identidade cultural mexicana. Essa metodologia qualitativa possibilitou uma visão aprofundada e multidimensional do fenômeno, explorando suas manifestações políticas, sociais e culturais.

5 RESULTADOS

A pesquisa evidenciou que a política de combate ao narcotráfico implementada por Felipe Calderón (2006–2012), fortemente influenciada pelos Estados Unidos, não alcançou os resultados esperados. Ao invés de reduzir o poder dos carteis, a militarização do combate fortaleceu essas organizações criminosas, resultando em uma escalada de violência sem precedentes. O número de mortes aumentou drasticamente, com práticas brutais sendo utilizadas como forma de intimidação. Além disso, houve um aumento significativo da presença militar nas ruas e denúncias de violações de direitos humanos. Paralelamente, observou-se o enraizamento do narcotráfico na cultura popular mexicana, o que contribuiu para a consolidação da chamada “narco cultura”. Isso ficou evidente especialmente nos narcocorridos, estilo musical que narra e romantiza o cotidiano do tráfico, retratando luxo, poder e violência como símbolos de status. Assim, conclui-se que a guerra às drogas fracassou em seus objetivos de segurança pública, mas teve profundo impacto na sociedade, moldando uma identidade cultural atravessada por elementos do crime organizado.

6 DISCUSSÃO

A “guerra às drogas” foi uma política inaugurada durante o governo do presidente norte-americano Richard Nixon, na década de 1970. Nixon declarou as drogas como o principal inimigo dos Estados Unidos e as considerou uma ameaça à segurança nacional. Em resposta, lançou a chamada “guerra às drogas”, uma política centrada na repressão à produção, comercialização e consumo de substâncias ilícitas (Labate; Rodrigues, 2018)

Essa abordagem foi adotada em diversos países latino-americanos, incluindo o México. No entanto, foi durante o governo de Felipe Calderón (2006-2012) que a política de combate às drogas ganhou maior intensidade no país. Apesar disso, esforços para enfrentar o narcotráfico e o consumo de drogas já vinham sendo realizados no México muito antes da administração de Calderón (Oyarvide, 2011; Rodrigues, 2012).

Após uma chegada conturbada e questionada ao poder, Felipe Calderón implementou a guerra às drogas, que o seu objetivo era ser uma política para resolver o principal problema do país, para legitimar seu governo que foi questionado de uma vitória realmente legítima nas eleições de 2006 (Oyarvide, 2011; Rodrigues, 2012).

Durante o governo de Felipe Calderón, iniciou-se uma guerra contra o tráfico de drogas em alta escala, com altos investimentos. Em 2009, estimava-se terem sido gastos cerca de 104 bilhões de pesos em secretarias como: a Defesa Nacional, na Marinha, Procuradoria Geral e segurança pública federal mexicana. Porém, isso fez com que a violência criminal e paramilitar aumentasse de maneira descontrolada, mais armamentos, tanto modernos para os criminosos quanto sofisticadas para os militares, e aumentou a corrupção criminosa (Piñeyro, 2012).

De acordo com Sonja Wolf (2011), os Estados Unidos apresentavam muito medo de que as atividades criminosas que ocorriam no México fossem uma ameaça à sua segurança nacional e, com isso, nesse mesmo período, foi imposto uma iniciativa chamada de Iniciativa Mérida, lançada em 2008, em que os EUA financiaram o combate ao narcotráfico ao país afetado, com quase 2 bilhões de dólares, providenciando equipamentos, tecnologia e treinamentos.

A Iniciativa Mérida, também se empenhou na luta contra o tráfico de armas e pessoas. Como um dos maiores produtores de heroína e maconha, o México acabava sendo também uma via de chegada desses entorpecentes aos Estados Unidos, com isso a iniciativa era uma forma do país de controlar suas fronteiras com o México (Bernadi, 2010). A expectativa do México com a iniciativa era conseguir a derrubada de grandes cartéis, que tinham origem de seu capital na lavagem de dinheiro que acontecia no território dos Estados Unidos. Porém o que aconteceu foi um efeito contrário, e a parceria e militarização questão, pois foi evidenciado um maior adentramento dos cartéis no Estado, e um aumento no número de violência causada pelo narcotráfico (Bernadi, 2010).

Para enquadrar as drogas e o narcotráfico como um problema de segurança nacional, e não apenas de segurança pública, o governo de Felipe Calderón utilizou diversos fatores como justificativa para iniciar sua guerra contra o crime organizado. Tradicionalmente, uma ameaça à segurança nacional é associada a inimigos externos, sendo enfrentada com o uso das Forças Armadas. Nesse contexto, o governo de Calderón buscou aplicar a mesma lógica ao combate às drogas, tratando-as como se fossem um inimigo externo a ser neutralizado (Oyarvide, 2011).

7 REFERÊNCIAS

100 balazos al blindaje. Intérprete: El Komander. In: ARCHIVO Privado. Intérprete: El Komander. [S. l.]: La Disco Music, 2006. (2:39). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PCYLuPh2AuY>. Acesso em: 8 dez. 2024.

10 tiros Por Segundo. Intérprete: El Komander. Compositor: José Alfredo Rios Meza. In: CORRIDOS Progresivos Y Alterados. Intérprete: El Komander. [S. l.]: Fonovisa Records,

2009. (2:36). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=40DX7dN6br4>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BACA ZAPATA, Graciela. Aproximación a la narcocultura como referente de la construcción identitaria de jóvenes en México. **El Cotidiano**, n. 206, p. 59-67, nov./dez. 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32553518007>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BENAIM, Veronica. Música y narcotráfico: La industria del narcocorrido. **SurySur**, 2020. Disponível em: <https://www.surysur.net/musica-y-narcotrafico-la-industria-del-narcocorrido/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BERNADI, Bruno Boti. A Guerra Mexicana contra o Narcotráfico e a Iniciativa Mérida. **Mundorama: Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4221/3865>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRAGANÇA, D. As Três Guerras: o esforço pela paz e a guerra às drogas no México contemporâneo. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, 2016. Disponível em: [\(PDF\) As Três Guerras. O esforço pela paz e a Guerra às Drogas no México contemporâneo](#). Acesso em: 26 nov. 2024.

BURGOS DÁVILA, César Jesús. Narcocorridos: Antecedentes de la tradición corridística y del narcotráfico en México. **Studies in Latin American Popular Culture**, v. 31, p. 157-166, 2013. Acesso em: 25 nov. 2024.

LABATE, B. C; RODRIGUES, T. Proibição e guerra às drogas nas Américas: um enfoque analítico. In: *Política de drogas no Brasil: conflitos e alternativas*, 2018.

MONTES, Milthon. *Periodismo y violencia vinculada al narcotráfico a diez años del inicio de la "guerra" de Calderón*. **Academus**, ano. 9, n. 16, p. 39-46, 2017. Acesso em: 24 nov. 2024.

OYARVIDE, C. M. La guerra contra el narcotráfico en México. Debilidad del estado, orden local y fracaso de una estrategia. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 50, julio-septiembre, 2011, pp. 1-35. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4959/495950246005.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

PIÑEYRO, José Luis. El ¿saldo? de la guerra de Calderón contra el narcotráfico. **El Cotidiano**, n. 173, p. 5-14, maio/jun 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32523131002>. Acesso em: 23 nov. 2024.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Scielo Brasil**, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SALDÍVAR ARREOLA, Rafael. La evolución de los narcocorridos como reflejo del narcotráfico en México. **Estudio**, v. 16, n. 27, p. 43-56, jul./dez. 2018. Acesso em: 25 nov. 2024.

SÁNCHEZ, Chalino. *Canta Corridos al Estilo Culiacán*. [S.l.]: Chalino Sánchez, [s.d.]. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/album/0Q2PyNCXDwsTxKpckHs7sK>. Acesso em: 3 dez. 2024.

WOLF, Sonja, MORAYTA, Gonzalo. *La Guerra de México contra el narcotráfico y la iniciativa mérida: pierdas angulares en la búsqueda de legitimidad*. Foro Internacional, vol. 51, n. 4, p. 669-714, out/dez. 2011. Acesso em: 24 nov. 2024.

O SUL GLOBAL E O BRICS: ÍNDIA E ÁFRICA DO SUL NA DISPUTA POR EQUILÍBRIO DE PODER

Palavras-chave: BRICS; multipolaridade; autonomia.

Sofia Lira Cardoso
Maria Regina Bernardo Freitas
Amanda Marques Donato de Moura
Ana Júlia Fernandes Velozo Lima
Prof. orientador: Leandro Bernardes Borges

1 INTRODUÇÃO

A atual ordem internacional passa por transformações significativas diante do declínio relativo da hegemonia ocidental e da ascensão de potências emergentes. Nesse contexto, o BRICS+ surge como uma coalizão que desafia aspectos centrais da governança liberal global, propondo uma maior representatividade dos países do Sul Global. Embora inicialmente centrado em questões econômicas, o grupo tem se consolidado como um espaço político relevante. A atuação da Índia e da África do Sul, nesse sentido, destaca-se por representar agendas específicas que combinam interesses nacionais e compromissos com a reforma das estruturas de poder internacionais.

A literatura especializada reconhece o potencial do BRICS como ator coletivo. Autores como Stuenkel (2015) e Kornegay & Bohler-Muller (2013) argumentam que, embora existam limitações internas, o grupo possui capacidade de tensionar as estruturas da ordem liberal. A Índia se destaca pela defesa do multilateralismo e pela busca por maior protagonismo em instituições como a ONU, enquanto a África do Sul articula uma diplomacia voltada à inclusão do continente africano e à justiça global. Ambas atuam estrategicamente para ampliar sua influência e construir alianças sul-sul, contribuindo para o fortalecimento político do BRICS. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo investigar em que medida Índia e África do Sul contribuem para a consolidação do BRICS como uma coalizão voltada ao equilíbrio de poder em relação às potências tradicionais do século XX. Especificamente, busca-se identificar as estratégias adotadas por esses países, suas convergências e divergências dentro do grupo, e avaliar a eficácia de suas ações no fortalecimento institucional do BRICS.

O trabalho baseia-se nos princípios da multipolaridade e da democratização das instituições internacionais. Com isso, busca contribuir para o entendimento das novas

dinâmicas geopolíticas e do papel dos países do Sul Global na construção de uma ordem internacional mais equitativa.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa que com uma abordagem qualitativa e exploratória busca analisar e evidenciar a atuação da África do Sul e da Índia no BRICS+ para reformulação do sistema internacional. O método de pesquisa documental e bibliográfica voltado a análise crítica busca explicar o papel destes dois países nas dinâmicas internacionais contemporâneas, concentrando-se na interpretação das obras acadêmicas especializadas, que apresentam especial atenção às estratégias de política externa, fóruns multilaterais e defesa de uma ordem mundial equitativa. A seleção preferenciou obras e autores recentes e relevantes na discussão de temas como autonomia estratégica, cooperação Sul-Sul, reconfiguração da ordem internacional no século XXI. Por meio de uma revisão sistematizada foi feita a coleta de dados, destacando autores e obras que oferecem fundamentação teórica e análise crítica das trajetórias da África do Sul e da Índia nos BRICS, desde sua fundação até a atualidade.

Ao seguir um procedimento interpretativo, a análise dos materiais identifica como a Índia e a África do Sul buscam ampliar sua influência na nova ordem internacional, para consolidação da coalizão e fortalecimento do multilateralismo. A metodologia adotada enfatizou o cruzamento de interpretações teóricas, de modo a construir uma leitura integrada e crítica sobre o papel de ambos os países enquanto atores em ascensão no cenário global.

Com isto em vista, conceitos de Relações Internacionais como autonomia estratégica, sul global e multipolaridade foram utilizados na formulação do quadro analítico. Assim, o estudo busca evidenciar como a África do Sul e a Índia constroem alternativas ao sistema internacional do século XX, contribuindo para a transformação do sistema internacional contemporâneo a partir de suas realidades políticas, econômicas e regionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes revelou que tanto a Índia quanto a África do Sul desempenham papéis estratégicos e complementares na consolidação dos BRICS como um bloco que visa promover uma ordem internacional multipolar. A Índia destaca-se por sua crescente influência econômica, tecnológica e geopolítica, alinhada à busca por maior autonomia estratégica frente às potências tradicionais. Sua participação ativa em fóruns multilaterais e iniciativas como o

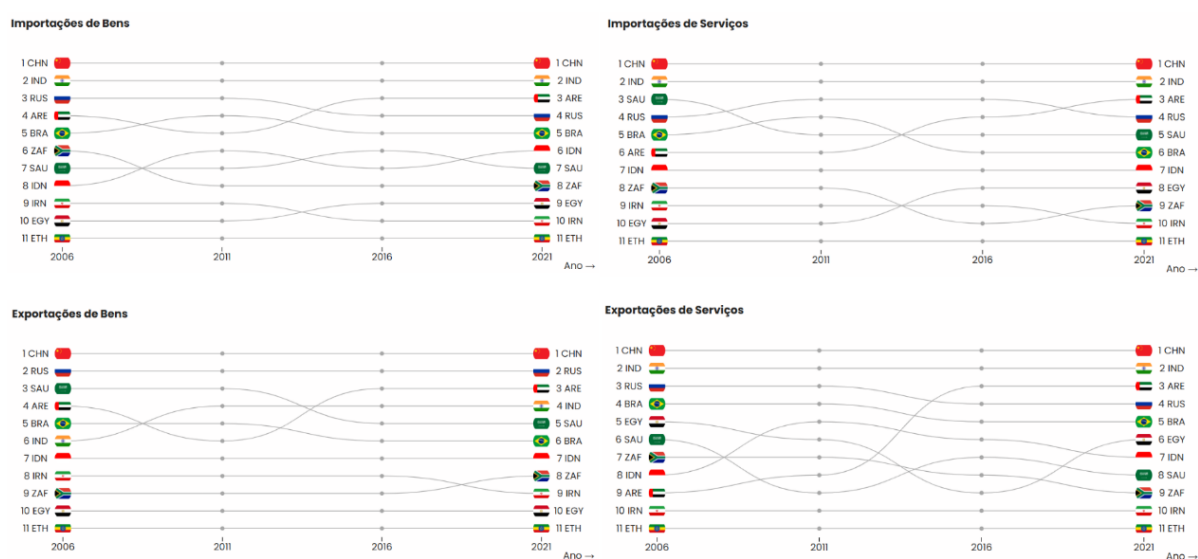
Novo Banco de Desenvolvimento reforça seu compromisso com a cooperação Sul-Sul e a diversificação das relações internacionais.

Por sua vez, a África do Sul exerce papel fundamental como representante da África no grupo, ampliando a legitimidade política dos BRICS e articulando interesses regionais no âmbito global. Sua experiência histórica e política, aliada à inserção econômica crescente, contribui para o fortalecimento da coalizão e para o discurso de maior equidade e autonomia no sistema internacional. A África do Sul atua, assim, como um vetor importante para a multipolaridade, especialmente ao conectar o continente africano a essa nova configuração global.

Ambos os países promovem uma agenda comum que desafia a hegemonia das potências tradicionais e reforça o princípio da autonomia relativa dos países emergentes. Contudo, diferenças internas quanto a prioridades econômicas, políticas e estratégicas refletem desafios para a coesão do grupo, exigindo negociações constantes para manter a unidade dos BRICS diante de interesses diversos.

Os resultados indicam que a consolidação dos BRICS depende da capacidade desses países em equilibrar suas ambições nacionais com o compromisso coletivo, fortalecendo a coalizão como um mecanismo legítimo de influência global. A multipolaridade, nesse sentido, não é apenas um objetivo, mas um processo em constante construção, marcado por tensões e convergências entre seus membros.

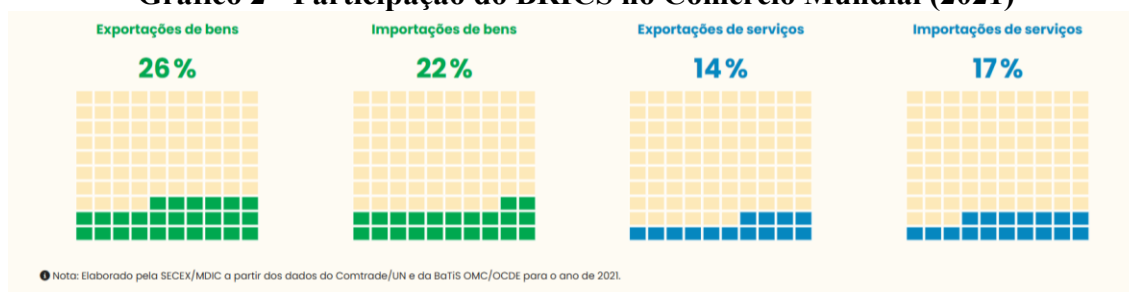
Gráfico 1 - Posições dos membros dentro do BRICS (2006 - 2021)



Nota: Elaborado pela SECEX/MDIC a partir dos dados do Comtrade/UN e da BaTIS - OMC/OCDE. São considerados intervalos de cinco anos. Os dados de serviços estão disponíveis a partir de 2005. Dessa forma optou-se por considerar os anos de 2006, 2011, 2016 e 2021.

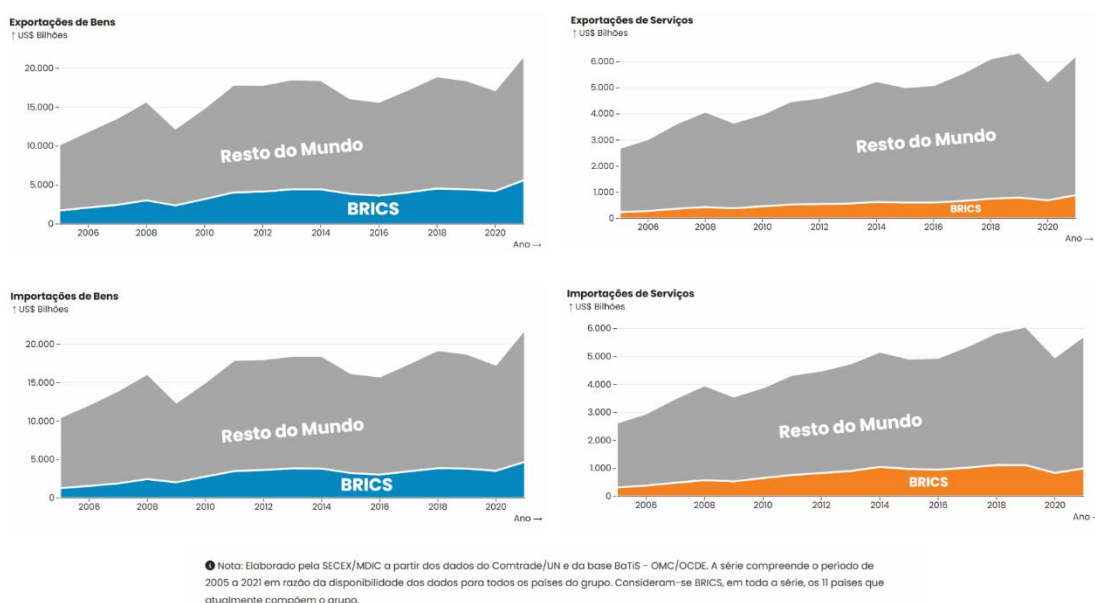
Nesse contexto, os gráficos extraídos da seção "Comércio do BRICS em números", do site oficial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil, foram utilizados para ilustrar a participação do bloco no comércio mundial, a evolução das trocas comerciais e as posições internas dos membros ao longo do tempo. Esses dados visuais reforçam a análise qualitativa ao evidenciar o crescimento da contribuição dos países do BRICS, especialmente da China e da África do Sul, para a economia global. Ao integrar essas informações quantitativas, a pesquisa fortalece o argumento de que o BRICS está em processo de consolidação como um ator influente e estratégico na nova configuração do poder internacional.

Gráfico 2 - Participação do BRICS no Comércio Mundial (2021)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – Brasil. Balança Comercial BRICS. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/brics/brics.html> Acesso em: 18 maio 2025.

Gráfico 3 - Evolução do comércio mundial (2005 - 2020)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – Brasil. Balança Comercial BRICS. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/brics/brics.html> Acesso em: 18 maio 2025.

Por fim, a pesquisa destacou que a autonomia buscada pela Índia e pela África do Sul nos BRICS reflete uma crítica à ordem internacional dominada pelo Ocidente, propondo alternativas que valorizam a cooperação, o desenvolvimento e a soberania dos países do Sul Global. A consolidação desse bloco poderá, assim, promover transformações significativas no equilíbrio de poder mundial nas próximas décadas

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que Índia e África do Sul desempenham papéis cruciais na consolidação dos BRICS enquanto uma coalizão que busca promover uma ordem internacional mais multipolar e autônoma. Através de suas ações conjuntas e individuais, ambos os países contribuem para o fortalecimento do grupo como uma alternativa à hegemonia das potências tradicionais, ampliando a representatividade dos países emergentes no cenário global.

A Índia, com sua crescente capacidade econômica e geopolítica, tem buscado ampliar sua autonomia estratégica e influenciar a governança global em benefício dos países em desenvolvimento. Já a África do Sul, por sua representatividade regional e experiência política, amplia a legitimidade dos BRICS, especialmente em relação ao continente africano, promovendo a cooperação e a equidade internacional.

Contudo, a pesquisa também apontou os desafios internos do grupo, que decorrem das diferentes prioridades e interesses nacionais, exigindo negociações e concessões constantes para manter a unidade e efetividade dos BRICS. Esse equilíbrio é fundamental para a sustentabilidade da coalizão e para o avanço da agenda de multipolaridade e autonomia.

Em síntese, a consolidação dos BRICS, impulsionada pela atuação da Índia e da África do Sul, representa um processo dinâmico e complexo que pode influenciar profundamente o equilíbrio de poder global. A busca por autonomia e multipolaridade não apenas questiona a ordem internacional vigente, mas também cria possibilidades para novos formatos de cooperação internacional mais inclusivos e equitativos.

Por fim, este trabalho contribui para o entendimento do papel dos países emergentes na transformação das relações internacionais, ressaltando a importância do BRICS como um ator relevante na reconfiguração da política global contemporânea.

5 REFERÊNCIAS

ALDEN, Chris; VIEIRA, Marco. The new diplomacy of the South. *Third World Quarterly*, Abingdon, v. 26, n. 7, p. 1209-1227, 2005.

JAGUARIBE, Hélio. *A teoria da autonomia: uma perspectiva latino-americana na ordem global*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and interdependence: world politics in transition*. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

KORNEGAY, Francis; BOHLER-MULLER, Narnia (orgs.). *Laying the BRICS of a new global order*. Johannesburg: African Institute of South Africa (AISA), 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (Brasil). Balança Comercial BRICS. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/brics/brics.html>. Acesso em: 18 maio 2025.

STUENKEL, Oliver. *The BRICS and the future of global order*. Lanham: Lexington Books, 2015.